

O dimensionamento na atuação dos Técnicos Administrativos em Educação

Franciane Tusset¹, Maria Augusta Martiarena de Oliveira^{2*}

*Orientadora

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) - *Campus Alvorada*.

² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) - *Campus Osório*

Palavras-Chave: Dimensionamento de Pessoal. Trabalho. Técnico Administrativo em Educação. Instituto Federal em Educação.

O presente projeto, em nível de Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), tem por objetivo identificar e compreender os reflexos gerados pelo dimensionamento de pessoal, na atuação dos servidores Técnicos Administrativos em Educação (TAEs), especificamente nos cargos de Auxiliar em Administração e Assistente em Administração. Servidores públicos de carreira, que em razão das atribuições inerentes ao cargo, especificadas no Ofício Circular nº 015/2005/CGGP/SAA/SE/MEC, que compreende inúmeras e distintas atividades, apresentam maior probabilidade de movimentação, passando a ser considerados como trabalhadores polivalentes, junto a Instituições Federais de Ensino. Estas instituições para alcançarem seus objetivos e missão, perante a sociedade, necessita de servidores docentes e Técnicos Administrativos, sendo estes últimos os executores das atividades-meio, como atividades administrativas e serviços de apoio. E neste processo, o dimensionamento de pessoal, tornou-se uma ferramenta essencial para o planejamento, que possui um caráter estratégico, na busca de suprir as necessidades no alcance dos objetivos. Trata-se de uma ferramenta sistêmica, complexa e contínua. No caso dos TAEs a definição do dimensionamento ocorre basicamente pelas atribuições legais inerentes aos cargos que exercem ou em detrimento de demandas com caráter de urgência, dotado de uma visão técnica com sentido estratégico e gerencial. Não havendo neste processo, uma análise prévia das experiências e trajetórias do servidor, não sendo observado ou considerado, com relevância, alguns critérios complementares, aspectos individuais, tais como os conhecimentos, habilidades e atitudes, além de outras variáveis que podem vir a interferir e influenciar no desempenho e atuação deste profissional. Com a Lei nº 11.091/05, que institui o Plano de Carreira dos Cargos Técnicos Administrativos em Educação, o dimensionamento de pessoal tornou-se essencial e obrigatório no planejamento estratégico das Instituições Federais de Educação. Regularizado pelo Decreto

nº 5825/06, que estabelece as diretrizes para a elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico Administrativos em Educação (PDIPCCTAE), vinculado ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de cada Instituição Federal de Ensino (IFE). No entanto para implementar e atender as novas políticas, normativas e diretrizes, referente ao dimensionamento, as Instituições deparam-se com a dificuldade de definir a metodologia a ser adotada. Primeiramente pelas vertentes reguladoras e legais, além da observância dos critérios a serem considerados adequados para o setor público e suas particularidades, visto a complexidade e diversidade dos órgãos. De acordo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), criado através da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, com planejamento para o período de 2019-2023, aponta que “ desde sua fundação, nunca elaborou formalmente uma proposta de implementação do dimensionamento de pessoal. São reconhecidas ações isoladas em alguns campi, mas não há um projeto institucionalizado”. (PDI,2019-2023, p.378). Partindo da premissa que muitos Institutos Federais de Educação não possuem um programa de dimensionamento de pessoal. E segundo pesquisas realizadas nas bases de dados de publicações científicas, sobre estudos realizados com a temática do dimensionamento de pessoal e força de trabalho na Administração Pública, onde os resultados demonstram que o campo de estudos é escasso. Demonstrando um crescente número de trabalhos relacionados a implementação de fórmulas, técnicas e modelos de dimensionamento, direcionados principalmente para a área de saúde. Além de trabalhos que contemplam grande número de variáveis relacionados com a temática, tais como: Gestão de competências, Clima organizacional, Identidade profissional, Capacitação, Avaliação de desempenho, Métodos e técnicas para dimensionar a força de trabalho, Saúde mental e adoecimento, Qualidade de vida no trabalho (QVT) e Absenteísmo. Assim como das observações e experiências presenciadas por esta pesquisadora e também servidora, de relatos e desabafos por parte de chefias ecolegas, a respeito da falta de servidores ou má alocação para suprir as necessidades e demandas, a sobrecarga de trabalho de alguns, desvios de funções, condições de trabalho, sentimento de desvalorização e não pertencimento, desmotivação no desempenho das atividades e adoecimento. Percebendo ser de grande importância a realização de um estudo com o intuito de identificar quais os reflexos gerados pelo bom e mau dimensionamento, buscando compreender quais fatores organizacionais possibilitam uma atuação plena deste trabalhador em Educação. Pois além de saber quem são, quantos são, como são e onde estão, se faz

necessário especialmente saber como estão estes servidores. Este projeto terá uma abordagem qualitativa, de natureza aplicada do tipo exploratório. Tendo como participantes os servidores TAEs, ocupantes dos cargos de Auxiliar em Administração e Assistente em Administração, suas respectivas chefias e que estejam lotados junto ao Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia- IFRS- *Campus Alvorada*, localizado na cidade de Alvorada, no estado do Rio Grande do Sul. A pesquisa contará com: Levantamento de dados bibliográficos e documentais; Aplicação de questionário eletrônico, direcionado às chefias de setores, com a finalidade de coletar dados referentes ao setor; Questionário individual, aos servidores TAEs, que contará com perguntas relacionadas a alocação do servidor, estrutura institucional, atividades desenvolvidas, experiências dificuldades encontradas, expectativas, benefícios e demais variáveis que possam interferir na atuação do mesmo; Análise e cruzamento dos dados obtidos, nos levantamentos. Atualmente o projeto encontra-se em andamento, em fase de aplicação dos questionários eletrônicos aos participantes. Entretanto, espera-se que os resultados finais obtidos possam vir a auxiliar os gestores no processo de elaboração e implantação de um plano de dimensionamento de pessoal, possibilitando sua adaptação e respeitando as particularidades existentes. Contribuindo para amenizar os reflexos negativos causados por um mau dimensionamento, na atuação dos servidores TAEs. Um dimensionamento que não atenda somente as questões legais, mas um plano que apresente uma visão humana e integradora. Segundo Saviani “o trabalho é a essência do homem” (2007), o que permite uma reflexão e conhecimento de si próprio. E o TAE ao reconhecer-se para além de uma força de trabalho restrita pelo cargo, poderá desconstruir o sentimento de invisibilidade, sendo capaz de delinear uma identidade emancipatória e transformadora de sua realidade.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009.

BRASIL. **Decreto nº 5.825** de 29 de junho de 2006- Estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5825.htm. Acesso: 17 nov.2021.

BRASIL. **Lei 8.112**, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores
An. Sem. Pós-Grad., Bento Gonçalves, RS, v.7, p. 01-04, nov. 2022.
ISSN 2594-7893

públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8112cons.htm>

BRASIL. **Lei nº 11.091**, de 12 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2005/Lei/L11091.htm Acesso: 03 jun.2021.

BRASIL. **Lei nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm> Acesso: 03 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ofício Circular nº 015/2005/CGGP/SAA/SE/MEC** Brasília, 28 de novembro de 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/canalcggp/oficios/oc01505.pdf> Acesso: 07jun.2021.

CHIAVENATO, Idalberto **Teoria Geral da Administração** 2ª edição Revista e Atualizada, volume II – Editora Campus Rio de Janeiro 2000.

CHIAVENATO, Idalberto **Recursos Humanos: O capital humano das organizações**, 10ª tiragem – Elsevier – Rio de Janeiro 2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe**. In: Revista Brasileira de Educação. v. 14, n. 40, p. 168- 194, jan./abr. 2009.

IFRS. Conselho Superior. Resolução nº 84/2018, de 11 de dezembro de 2018. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023** do Instituto Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/pdi-2019-2023/>. Acesso: 13 set. 2021.

MAXIMIANO, Antonio. C.A. **Introdução à Administração**. São Paulo: Atlas, 1981.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Revista Brasileira de Educação. V. 12, n. 34, jan./abr. 2007.

SERRANO, A. L. M.; FRANCO, V. R.; CUNHA, R. D.; IWAMA, G. Y. O.; GUARNIERI, P. O. **Dimensionamento na administração pública federal: uma ferramenta do planejamento da força de trabalho**, v. 1, Brasília: Enap, 2018

SERRANO. A. L. M.; MENDES, N. C. F.; ABILA, N. **Dimensionamento na administração pública federal: uma ferramenta de gestão da força de trabalho**, v. 3, Brasília: Enap, 2019.